

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E AMBIENTAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

Chaiane Basso

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE “COVID-19” NA AGRICULTURA
FAMILIAR: REFLEXOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANGEIROS**

Frederico Westphalen, RS
2021

Chaiane Basso

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE “COVID-19” NA AGRICULTURA
FAMILIAR: REFLEXOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANGEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Agronomia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), campus Frederico Westphalen, como requisito parcial para obtenção do grau de **Engenheira Agrônoma**.

Orientador: Prof^o Dr^o. Fernando Panno

Frederico Westphalen, RS
2021

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE “COVID-19” NA AGRICULTURA
FAMILIAR: REFLEXOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
HORTIFRUTIGRANGEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Agronomia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), campus Frederico Westphalen, como requisito parcial para obtenção do grau de **Engenheira Agrônoma**.

Aprovada em 03 de Setembro de 2021:

Prof. Dr. Fernando Panno
Orientador

Prof. Dr. Arlindo Jesus Prestes de Lima
Avaliador

Prof. Dr. Volmir Sergio Marchioro
Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada. Em especial, a minha família, meus pais Valdecir e Cleusa, e ao meu irmão Renan, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos. Sem eles, nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por minha vida, e por colocar pessoas especiais no meu caminho, minha família e amigos.

Aos meus pais, Valdecir e Cleusa e ao meu irmão Renan, pela motivação, carinho e amor que sempre demonstraram, por estarem ao meu lado nas horas mais difíceis e felizes da minha vida.

Ao meu namorado Fernando, por estar sempre ao meu lado, me incentivando, apoiando e acreditando no meu potencial.

Agradeço às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, em especial a minha grande amiga Francieli que está comigo desde os primeiros dias da faculdade, me auxiliando e sendo minha dupla em tudo, desde trabalhos, provas, momentos difíceis e felizes da minha vida, a ti fica a minha eterna gratidão.

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma, para a realização deste trabalho, em especial ao professor Fernando Panno e minha amiga Fernanda por instigarem o desenvolvimento desta pesquisa. A minha amiga Luana por dar todo o apoio e suporte em todas as etapas de desenvolvimento do trabalho.

Ao meu orientador, professor Fernando Panno, pelo conhecimento transmitido, e por ter desempenhado tal função com dedicação.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, essenciais no meu processo de formação profissional, pela dedicação, carinho e por todo o conhecimento transmitido.

*“Há apenas uma maneira de evitar críticas:
não falar, não fazer e não ser nada.”
(Aristóteles)*

RESUMO

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE “COVID-19” NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS

AUTOR: Chaiane Basso

ORIENTADOR: Fernando Panno

A pandemia causada pelo vírus Sars-COV-2, popularmente chamado de Coronavírus, é um evento sem precedentes no qual o cotidiano humano e econômico vem sofrendo graves efeitos, impactando principalmente a economia global. Dessa forma, a pandemia de Covid-19 também repercutiu e ainda repercute, de inúmeras formas, sobre a produção, a distribuição e a oferta dos alimentos. Nesse sentido, o presente trabalho discutiu o impacto da crise decorrente do Covid-19 na agricultura familiar; assim, analisando os reflexos da mesma na comercialização de agroalimentares. A metodologia desta pesquisa foi alicerçada em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa – de caráter exploratório, realizando-se análises de livros de importantes teóricos da área, além de revisões em artigos científicos em periódicos e em publicações eletrônicas retiradas de bancos de dados *on-line*, dentre outras ferramentas afins; sempre com o interesse máximo em explorar, coletar e descrever as informações acerca da temática escolhida. Nesse sentido, buscou-se desenvolver uma pesquisa de campo com coleta de dados realizada por meio de entrevista, aplicando-se um questionário semiestruturado – contendo perguntas abertas – a três agricultores familiares, do município de Taquaruçu do Sul, estado do Rio Grande do Sul. As conclusões da análise dos dados apontaram que os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os três agricultores familiares investigados foram nulos para dois deles e quase que total para o terceiro agricultor entrevistado, sendo que este se viu em um cenário delicado no começo da pandemia por causa da falta de abastecimento dos mercados locais, principalmente em relação às restrições ao comércio e a circulação de pessoas e produtos – o que não teve impacto para outros dois agricultores. Sugere-se a necessidade de realocar o sistema alimentar deixando-o mais resiliente e sustentável.

Palavras-chave: Pandemia. Agricultura familiar. Covid-19. Agroalimentares.

ABSTRACT

THE IMPACTS OF THE “COVID 19” PANDEMIC ON FAMILY AGRICULTURE: REFLECTIONS ON AGRIFOOD HORTICULTURAL

AUTHOR: Chaiane Basso
ADVISOR: Fernando Panno

The pandemic caused by the Sars-COV-2 virus, popularly called Coronavirus, is an unprecedented event in which the human and economic daily life has been suffering serious effects, mainly impacting the global economy. In this way, the Covid-19 pandemic also had and is still having repercussions, in countless ways, on the production, distribution and supply of food. In this sense, this paper discussed the impact of the crisis resulting from Covid-19 on family farming; thus, analyzing its effects on the commercialization of agri-food products. The methodology of this research was based on a bibliographical and qualitative research - of an exploratory nature, carrying out analyzes of books by important theorists in the area, as well as reviews in scientific articles in journals and in electronic publications taken from online databases, among other related tools; always with the utmost interest in exploring, collecting and describing information about the chosen theme. In this sense, we sought to develop a field research with data collection carried out through interviews, applying a semi-structured questionnaire - containing open questions - to three family farmers from the municipality of Taquaruçu do Sul, state of Rio Grande do Sul. The conclusions of the data analysis showed that the effects of the Covid-19 pandemic on the three family farmers investigated were null for two of them and almost total for the third farmer interviewed, who found himself in a delicate scenario at the beginning of the pandemic because of the lack of supply of local markets, mainly in relation to restrictions on trade and the movement of people and products – which had no impact on two other farmers. The need to relocate the food system, making it more resilient and sustainable, is suggested.

Keywords: Pandemic. Family farming. Covid-19. Agrifood.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 A agricultura.....	11
2.1.1 Sustentabilidade: A agricultura familiar no Brasil.....	13
2.2 Agricultura familiar: Mercados e comercialização de produtos agropecuários.....	16
2.3 O cenário pandêmico de “Covid-19”.....	20
2.3.1 A pandemia e os seus respectivos impactos na agricultura.....	22
3. METODOLOGIA.....	24
3.1 Classificação do estudo.....	24
3.2 Plano de coleta de dados.....	24
3.3 Plano de análise de interpretação dos dados.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
4.1 Percepções do produtor número 1.....	29
4.2 Percepções do produtor número 2.....	30
4.2 Percepções do produtor número 3.....	31
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a tribulação sanitária e econômica oriunda da pandemia de “Covid-19” refletiu e, ainda reflete, em um acentuado decréscimo na atividade econômica, na falta de emprego e na queda do poder aquisitivo das famílias, tudo isso proveniente da necessidade do isolamento social a fim de se conter o vírus. Nesse contexto, a economia brasileira, historicamente, instável e, agora, mais ainda, precisa lidar com inúmeros setores em situação vulnerável. (MOLINA et al., 2020).

A realidade pandêmica do novo Covid-19 acarretou consequências inéditas e dramáticas à população brasileira e mundial. Inúmeros ramos da economia tiveram – e ainda tem – que se moldar a esta realidade por causa do isolamento social. Muitas setores e pessoas tiveram que determinar como seriam dirigidas as suas ações para sobreviver em meio a essa crise, pois muitos aspectos da sociedade dependiam, de forma intrínseca, de uma sociedade articulada – justamente como era configurada antes da pandemia.

Nesse sentido, de modo direto, os agricultores familiares pertencem a um desses setores supracitados, principalmente aquelas famílias atreladas aos programas de apoio à agricultura, pois diversos desses agricultores dependiam, de forma exclusiva, da renda proveniente do seu engajamento nesses programas de suporte ao pequeno agricultor, que, por razão do isolamento, precisaram ser suspensos. Assim, quando esses programas de apoio foram suspensos, criaram-se contextos mais dramáticos ainda frente a continuidade das atividades da agricultura familiar (LOEBLEIN, 2020).

Com a gradativa piora da pandemia de Covid-19, alarmaram-se ainda mais os ambientes familiares na agricultura brasileira. Além disso, as políticas governamentais de emergência adotadas na pandemia estão, desde o começo da crise, se mostrando, muitas vezes, insuficientes para lidar com os problemas enfrentados, principalmente, no Brasil, onde as políticas sociais são, historicamente, deficitárias e, muitas vezes, escassas (CHAVES; MALANSKI, 2020).

Desse modo, levando-se em consideração os desdobramentos e os impactos pandêmicos acerca da discussão sobre a real sustentabilidade da Agricultura Familiar no Brasil e a respectiva influência da pandemia no contexto da agricultura familiar, o objetivo desta pesquisa é ressaltar os impactos da pandemia de “Covid-19” na Agricultura Familiar e seus respectivos desdobramentos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A agricultura

De acordo com Junior (2007), a agricultura diz respeito a um conjunto de técnicas utilizadas a fim de se estabelecer o cultura de espécies vegetais. Dessa forma, o agente encarregado pela realização dos manejos agrícolas é denominado de agricultor.

Tudo aquilo que se produz na agricultura tem como destino final o mercado de alimentos ou indústrias – que utilizam essa produção como insumo para a produção de outros produtos. Exemplo desta dinâmica é o algodão, que é plantado e colhido pelo setor agrícola e revendido à indústria, a qual transforma-o em tecido. Nesse intento, a agricultura pode ser estabelecida em vários aspectos, sempre se moldando ao contexto local no qual pertence, bem como ao mercado que irá consumir aquilo que for cultivado pelo agricultor.

A agricultura desmembra-se em duas frentes de acordo com o tamanho da área e a produção alcançada. São elas: a agricultura intensiva e extensiva, a primeira abarca a prática rural com bastante aporte financeiro investido, grande produção, qualificação de mão de obra e elevado número de instrumentos mecânicos; sendo desenvolvida em áreas com extensão maior e com produção voltada a exportação. No caso da segunda – agricultura extensiva – sua prática se atribui a um baixo aporte financeiro investido, produtividade reduzida, mão de obra geral e comum, além da inexistência de tecnologias de ponta; sendo desenvolvida em áreas rurais menores e com produção destinada ao comércio interno (JUNIOR, 2007).

Segundo Borges (2007), “o cenário atual aponta que o Brasil vem sendo o maior país agrícola do mundo em dez anos. Sendo ele uma atividade próspera, segura e rentável”. Assim, visualiza-se o país como um lugar ideal para a agricultura; pois, além de tudo, tem um diversificado aspecto climático com chuvas de forma regular, bem como energia solar em abundância, além de possuir cerca de 13% da água doce do planeta. Dessa forma, afirma-se que o agronegócio é o principal pilar da economia no país (MAPA, 2005).

Conforme ressaltado por Junior (2007), “o conceito de agricultura vem sendo modificado ao longo dos anos”. Até a década de 1960 a agricultura era encarada como um processo no qual simplesmente se arava a terra, plantava, colhia e cuidava/tratava de animais; no entanto, nos últimos anos, aconteceu uma transformação total desse conceito, pois, com a interferência da industrialização, ocorreu nos processos do plantio, colheita e venda uma modernização acentuada e, diante disso, a agricultura começou a tornar-se um latente negócio

econômico.

Ainda de acordo com Junior (2007), antigamente, o homem cultivava (plantar-colher), nas últimas décadas são os maquinários cada vez mais tecnológicos que fazem isso, produzindo, assim, muito mais quantidade e, conseqüentemente, gerando mais lucros financeiros. Assim, isso desencadeou uma enorme evolução no Brasil, pois não abarcou somente os sujeitos ligados diretamente à agricultura, mas, também, os inúmeros setores de trabalho como as fábricas de insumos, bem como o setor de inseticidas, de embalagens, de transportes, seguros, consórcios, entre outros.

Nesse sentido, o panorama ressaltado acima vai ao encontro da ideia de Davis e Ray (1957), que publicaram um conceito acerca do agronegócio, em que ressaltam ser o agronegócio a adição total de todas as operações que envolvem a produção e escoamento de insumos agrícolas (produção e armazenamento – processamento e distribuição). Desse modo, o agronegócio abarca atualmente a mesma função que o termo agricultura englobava há 50 anos (KING; BOEHLJE; COOK; SONKA, 2009 apud DAVID; GOLBERG, 1957).

Nesse sentido, conforme os autores mencionados acima, entende-se que todos os serviços agrícolas e arredores estão conectados no mesmo eixo, onde a agricultura, ao se tornar mais moderna, agrupou mais serviços que se encontram além da agricultura dos sítios e fazendas, incorporando ao Brasil uma potencialidade econômica de exportação e importação. Nesse intento, para entender melhor o funcionamento do agronegócio na atualidade, Junior (2007) o divide em cinco setores primordiais, são eles: o setor de fornecedores; o setor de produção agropecuária; o de processamento e transformação, o de distribuição; e o de Consumo.

Dessa forma, acredita-se que o significado de agronegócio é um ajuntamento de setores que trabalham atrelados a outros ramos; assim, observa-se que os autores citados encaram o conceito de agronegócio como uma produção agrícola interligada num todo, sendo isso, fator determinante para a agricultura estar sempre em alta no Brasil há algum tempo, pois, o agronegócio acabam movimentando a indústria e comércio em várias áreas e faces. Conforme Barros (2006), “o desempenho do agronegócio brasileiro está condicionado a fatores exógenos e endógenos ao setor”. Nesse sentido, os exógenos tangem à exportação. No caso dos endógenos, estes atrelam-se ao seu setor em si – “muitas vezes em resposta aos fatores exógenos” (BARROS, 2006).

2.1.1 Sustentabilidade: A agricultura familiar no Brasil

A relevância da Agricultura Familiar se dá a partir da sua atuação essencial na produção de alimentos e na geração de empregos. Nesse sentido, o Agricultor Familiar é definido de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que, em seu Artigo 3º;

(...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (SILVA, 2008).

Atualmente é notável a relevância em se buscar certa sustentabilidade na agricultura, pois o modelo usado no sistema convencional, ou seja – nas grandes produções agrícolas – causam efeitos latentes ao meio ambiente e à saúde do ser humano.

Para tanto, é preciso ações e atividades que promovam novos estilos de desenvolvimento e de agricultura, que respeitem as condições específicas de cada agroecossistema, assim como a preservação da biodiversidade e a diversidade cultural, de forma a assegurar que gerações futuras possam usufruir dos “mesmos” recursos existentes no planeta. Deste modo, diferentes princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos foram fundamentais para nortear uma concepção multidisciplinar, assim como um novo modelo de desenvolvimento e, por conseguinte, a construção da sustentabilidade na agricultura. (SANTOS E CÂNDIDO, 2010, p.3)

Segundo Altieri (2004), a produção no agroecossistema é resultado do equilíbrio entre plantas, luz solar, nutrientes, umidade, solo, entre outros fatores mutuamente existentes. Assim, pode-se estabelecer que a agricultura familiar se coloca como uma alternativa que modela um processo ambiental com mais equilíbrio e menos excludente.

De acordo com Oliveira e Ribeiro (2002), nas discussões sobre desenvolvimentos locais, as especificidades de produção e que geram renda e trabalho – bem definidas na agricultura familiar – têm muita relevância social e econômica, sendo fator de motivação para as políticas públicas. Nesse intento, o conceito de agricultura familiar e o respectivo debate acerca das políticas públicas para esse setor só entrou em discussão nas últimas décadas, mais precisamente a partir dos anos 1990 (SCHMITZ e MOTA, 2007).

A agricultura familiar no Brasil apresenta caráter regional desde a sua formação no Nordeste. Caráter expresso pela extrema pobreza dos grupos que viviam ao lado da grande propriedade monocultora completamente isolados. Construam suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios, ou de subsistência, em épocas de crise da grande propriedade, estes “sitiantes”, em alguns casos, cultivavam as terras do grande proprietário e eram “protegidos” por seus senhores, tal situação era modificada quando o crescimento da atividade canavieira atingia bons resultados. Os pequenos agricultores tinham suas terras tomadas e cada vez mais instalavam-se às margens, do sistema produtor, não participando do mercado, quanto em termos de

ocupação, servindo-se das piores terras. (ALVES e LIMA, 2008 pag. 7).

Segundo Denardi (2001), como já mencionado outrora, o conceito de Agricultura Familiar é recente. Sendo válido ressaltar que, nos períodos que antecederam esse conceito, a Agricultura Familiar era denominada meramente como pequeno agricultor ou pequena produção agrícola.

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural [...]. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos. (FAO, 2014, p. 2).

Nesse sentido, após os anos de 1990, conforme resalta Teodoro et al (2005), se deu um aumento gradativo de incentivos à Agricultura Familiar por causa da sua importância em relação ao desenvolvimento sustentável brasileiro, muito em razão do êxodo rural predominante na década de 1990 e, também, porque as cidades não davam conta de absorver tanta mão-de-obra oriunda do meio rural. Assim, esse estímulo e impulso transformou-se em políticas públicas, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e, também, na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; além disso, houve também um fortalecimento da Reforma Agrária.

O desenvolvimento das políticas em prol da Agricultura Familiar e favoráveis à Reforma Agrária supriu, razoavelmente bem, os anseios das organizações de trabalhadores do campo e as demandas dos movimentos sociais organizados. Assim a Agricultura Familiar classificou-se como aquela ancorada de acordo com: o uso da mão-de-obra; a dimensão da propriedade rural; o direcionamento dos trabalhos agrícolas; e a renda oriunda da atividade do campo (TINOCO, 2005).

Ainda hoje, o conceito de Agricultura Familiar é vasto e possui inúmeros debates acerca do que é e de quem faz parte desse contexto. Entretanto, a nível governamental, considera-se Agricultor Familiar aquele que exerce funções no meio rural, e que:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Desse modo, também sendo beneficiários – desde que atendam requisitos descritos acima – os:

- I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha

(dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

VI - Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (BRASIL, 2006).

De acordo com Tinoco (2005), ressalta-se que Agricultor Familiar é estabelecido como aquele que tem, na atividade rural, sua renda principal; além disso, que o alicerce do trabalho exercido no seu campo seja edificado por pessoas da sua respectiva família. É válido destacar que o autor enfatiza que se torna facultativa a inserção de terceiros no trabalho agrícola temporariamente; se, assim, essa atividade necessitar. Segundo Denardi (2001), a organização familiar é, ao mesmo tempo, um local de produção e consumo; tornando-se, assim, um lugar de produção e de reprodução social. Nesse sentido, esses estabelecimentos familiares têm como característica essencial a administração da família e a força laboral hegemonicamente familiar (DENARDI, 2001).

Desse modo, no que tange à propriedade genuinamente familiar, o Art. 4º da Lei da Reforma Agrária considera ser propriedade familiar o imóvel de área rural, que, diretamente e, de forma pessoal, seja aquele explorado pelo agricultor e sua respectiva família, lhes absorvendo toda a força laboral, garantindo-lhes a subsistência e o avanço econômico e social. Além disso, considera-se cuja propriedade familiar, aquela onde o espaço máximo seja fixado para cada região e tipo de exploração, se trabalhando, de forma eventual, com terceiros (BRASIL, 1964).

Conforme ressalta Denardi (2001), as políticas governamentais direcionadas à agricultura referem-se à política agrícola. Nesse sentido, para a Agricultura Familiar existe no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

De acordo com Secretaria da Agricultura Familiar (2018), o PRONAF fornece financiamento de projetos coletivos e individuais, objetivando a geração de renda para aqueles que se enquadrem como Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária. Desse modo, sua meta “é o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade” (SAF,

2018).

Segundo Dinardi (2001), o PRONAF é uma política pública de cunho Federal, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em prol da Agricultura Familiar brasileira. Essa política permite que Agricultores Familiares tenham acesso ao crédito a fim de custear as suas atividades, bem como investirem na ampliação da sua produção agrícola. No que tange ao setor municipal, o PRONAF é uma das mais essenciais políticas de valorização do meio local.

Por meio desse programa, também é possível ser receber incentivo para o agricultor tornar sua atividade agropecuária bem mais diversificada; principalmente no desenvolvimento e produção de alimentos para serem comercializados em âmbito local. Assim, podendo corroborar para o incentivo à projetos como, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (DINARDI, 2001).

2.2 Agricultura familiar: Mercados e comercialização de produtos agropecuários

Se tratando de desafios referentes ao acesso aos mercados, a Agricultura Familiar abarca um extenso universo; portanto, é de suma importância investigar esses desafios direcionando-os aos mercados institucionais de alimentos no nosso país. Esse mercado abarca como meta principal apoiar o processo de desenvolvimento local por meio das aquisições governamentais de produtos agropecuários (alimentos) diretamente dos pequenos estabelecimentos agrícolas familiares (PLOEG, 2012).

Para isso, subentende-se como de suma necessidade o entendimento de mercados e os conceitos sobre os mercados institucionais. Produtores rurais e consumidores são conectados pela relação de mercado de forma direta ou indireta, seja de formas simples ou amplamente complexas. Mercados determinam-se como locais que acontecem os negócios a partir dos fluxos de mercadorias; ou, também, sistemas que dão organização a esses fluxos, de uma extremidade à outra – no espaço-tempo – algumas vezes, através de negociações inter-relacionadas e com certa complexidade (PLOEG et al, 2012).

No caso dos mercados governamentais, estes podem ser determinados como institucionais, tendo uma formatação específica de mercado em que as redes de transação tomam para si uma edificação própria, consolidada de forma prévia por “leis” negociadas por um agrupamento de protagonistas e organizações, em que o Governo normalmente abarca uma função central, notoriamente por meio de aquisições institucionais (GRISA, 2009). Ainda

segundo o autor, esta política governamental de aquisições “públicas” – ao levantar a Agricultura Familiar como agente principal de distribuição para os mercados governamentais – se coloca como uma alternativa tática na indução de um dinâmica inédita de desenvolvimento em relação aos territórios.

Nesse sentido, o marco desse mercado se dá no momento em que se emergem programas públicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido no ano de 2003 por meio da Lei Federal nº 10.696, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – criado através da Lei Federal nº 11.947, do ano 2009. Esses projetos são um meio de aproximação entre produtor agrícola familiar e o consumidor, expandindo a participação de agricultores nos demais mercados. Os programas supracitados buscam reduzir a fome no Brasil, fazendo, também, que se estimulem os hábitos saudáveis, tornando forte a Agricultura Familiar no que diz respeito às economias regionais (DA SILVA, 2010).

No que se refere ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), este surgiu como uma alternativa integralizada ao programa Fome Zero, a fim de que se combata a miséria e a fome. Nesse sentido, esse programa tem como objetivo dar estímulos à produção de alimentos pelos Agricultores Familiares seja em relação ao consumo próprio ou com finalidade de comércio e geração de renda. O PAA tornou-se de muita relevância para que se melhore a qualidade de vida do Agricultor Familiar, valorizando seus produtos e aproximando os Agricultores Familiares e os consumidores. Nesse sentido, o programa em questão dá amplitude à participação da Agricultura Familiar no mercado, principalmente em relação àqueles Agricultores Familiares que não conseguiam realizar a venda de seus produtos em feiras, restaurantes, supermercados, entre outros (VALNIER, 2011).

No que tange ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, este caracteriza-se como um instrumento essencial no processo de desenvolvimento dos agricultores familiares, pois dá a possibilidade do acesso aos mercados locais. É válido ressaltar, também, que a política da merenda escolar foi estabelecida no Brasil em meados do ano de 1955, passando por inúmeras modificações reedificações (GRISA et al, 2014).

Nesse intento, o PNAE passou de uma política de suplementação de alimentos para um relevante programa público de desenvolvimento. Nesse sentido, o PNAE passou por reestruturações expoentes em 2009, atuando pela seguridade nutricional e alimentar de estudantes de todo o país; assim, fomentando aspectos de desenvolvimento sustentável na exaltação e valorização da cultura alimentar, da alocação dos mecanismos agroalimentares e da alimentação saudável (FNDE, 2017).

Dessa forma, o PNAE acaba promovendo o desenvolvimento local e desenvolvendo táticas de transação de produtos agroalimentares não visados pelo mercado convencional; assim, criando possibilidades de desenvolvimento de agrupamentos agroalimentares alternativos em relação a Agricultura Familiar (FNDE, 2017). Nesse intento, a inserção do Agricultor Familiar em locais e a indução da edificação do mercado governamental são atividades específicas do programa (MALINA, 2012).

O Agricultor Familiar tem o PNAE como um instrumento de produção incentivador. O oferecimento de alimentos de qualidade e a valorização do produto agroalimentar familiar dá potencial de afirmação de identidade aos Agricultores Familiares, tornando o tecido social mais forte e as economias locais mais sólidas. No entanto, mesmo sabendo-se da importância do PNAE, esse programa encara inúmeros desafios na esfera das aquisições de alimentos; esses percalços relacionam-se quase sempre à administração, adequação sanitária, assistência técnica, dentre outros – impedindo as cooperativas de acessarem essas políticas (FNDE, 2015).

O comércio dos Agricultores Familiares possui sua caracterização por meio da confiabilidade e da relação única entre o produtor familiar e o consumidor. Essa relação entre os atores desse processo tece uma teia de reciprocidade, se tornando primordial principalmente nos mercados locais. A confiança, o reconhecimento e a identificação nos Agricultores Familiares é o que faz com que os consumidores possuam os seus produtos e até os adquiram frequentemente (WILKINSON, 2008).

A inserção da produção agrícola familiar em sistemas alimentares de inserção mercantil são: as vendas diretas em suas propriedades rurais, as feiras livres, e os programas governamentais. A realidade da Agricultura Familiar brasileira é baseada nos pequenos e médios agricultores, que, de forma natural, possuem inúmeras dificuldades em introduzirem-se em mercados concentrados; ficando, quase sempre, “nas mãos” de atravessadores para conseguirem escoar e comercializar sua produção – além, é claro, das dificuldades econômicas para a compra de novos insumos agrícolas (RAMOS et al, 2018).

Diante desse contexto, as cooperativas emergem como uma espécie de organização capaz de atrelar diversas realidades de produtores agrícolas para – a partir do cooperativismo – desenvolver um beneficiamento na renda e na capacidade negocial e técnica para os seus cooperados. Muitas vezes, esse contexto representa uma das escassas formas de agregar valor à produção agrícola familiar (RAMOS et al, 2018).

Na realidade, as cooperativas são uma expoente aliada do produtor rural, pois possibilita aos mesmos superarem suas dificuldades de forma menos complicada,

principalmente porque uma cooperativa é encarada como uma sociedade de sujeitos, onde “o cooperado assume, ao mesmo tempo, as funções de usuário da empresa e seu proprietário ou gestor, transferindo funções da sua economia individual para a empresa cooperativada” (BIALOSKORSKI NETO et. al., 1995).

Ainda segundo os autores, o labor é entendido como o fator mais relevantes acerca das tomadas de decisões, pois, diferentemente das sociedades organizacionais, as cooperativas tomam decisões por meio de assembleias, dando aos cooperados a possibilidade do voto, independentemente da magnitude do seu capital ou extensão de sua propriedade e/ou produção agrícola.

Assim, o cooperativismo exala uma sensação de liberdade e de aceitação em relação às decisões tomadas pela entidade, o que favorece, muitas vezes, a compreensão das pessoas com menor instrução. Nesse sentido, se pensar em uma cooperativa agrícola é refletir acerca de uma instituição que pode dar amparo aos seus cooperados no que tange às suas transações e financiamentos – inclusive funcionando como uma espécie de agente financeiro facilitador (BIALOSKORSKI NETO et. al., 1995). Portanto, uma cooperativa e seus funcionários possui a capacidade de melhorar e otimizar a gestão dos agricultores conforme o seu nível de maturidade e sustentabilidade se expandir ao longo dos anos; assim, sendo capaz dar segurança aos seus cooperados, sempre com a intenção de favorece-los (NEVES; ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2005).

Na esfera da Agricultura Familiar, as cooperativas se apresentam como um meio excelente de promover a diminuição de riscos e custos nas atividades comerciais, além das mesmas ser importantes para o aumento do poder de barganha comercial, vide as vantagens financeiras na comercialização do produto final, somente alcançadas através da capacidade de coordenação das cooperativas (RAMOS et al, 2018). Na maioria das vezes, para um produtor isolado, não se configura a possibilidade de uma série de atuações – as quais, através de uma cooperativa, já se tornam possíveis, corroborando para que o Agricultor Familiar enfrente o mercado organizacional.

Desse modo, a cooperativa, torna-se capaz de extinguir os atravessadores e introduzir a produção dos seus cooperados em mercados locais e nacionais, além, é claro, de promover a facilitação no ganho de escala na compra de insumos, que, ao fim do processo, pode refletir em melhores resultados financeiros ao cooperado, permitindo, também, uma melhor qualidade de vida (GOMES; CEZAR, 2018). Entretanto, administrar uma cooperativa não é tarefa tão fácil assim, visto que é grande a necessidade de se suprirem inúmeras demandas diferentes.

Desse modo, pelo fato de cada um dos cooperados ser compreendido como um proprietário e um cliente ao mesmo tempo, existe a heterogeneidade de interesses que expandem a carga política das tomadas de decisões, podendo fazer com que os administradores das cooperativas percam rapidamente o foco no negócio (MACHADO FILHO et al, 2004). Assim, esse contexto pode criar crises que dispersam os cooperados, inclusive, colocando a cooperativa em risco eminente.

De qualquer modo, nas últimas décadas, percebe-se que, mesmo de forma tímida, parte da sociedade passou a valorizar a Agricultura Familiar como um agente essencial para todo e qualquer sujeito disposto a adotar uma alimentação mais saudável e envolver-se com o desenvolvimento sustentável, principalmente, quando este é alicerçado no conhecimento dos Agricultores Familiares e na sua respectiva força de trabalho, capaz de refletir, de maneira intrínseca, nas características de cada comércio local (ALTAFIN, 2010).

Quanto ao cenário pandêmico que assolou o Brasil e o mundo, o PAA e PNAE são encarados como relevantes táticas de combate à fome e à vulnerabilidade alimentar, além de serem de suma importância para a dinamização da economia local, principalmente nos momentos de crise, como atual pandemia de Covid-19. Assim, ao fazer o escoamento dos produtos agroalimentares provenientes da Agricultura Familiar, o PAA e o PNAE proporcionam uma construção de cadeias produtivas, bem como a inserção à mercados inéditos – induzindo a dinâmica econômica – além de lutar diretamente para combater a miséria e a fome de pessoas que se encontram em situações vulneráveis (SAMBUICHI et al., 2020).

2.3 O cenário pandêmico de “Covid-19”

A pandemia causada pelo Covid-19, popularmente chamado de Coronavírus, é um evento sem precedentes no qual o cotidiano humano e econômico vem sofrendo graves efeitos, impactando principalmente a economia global. A Covid-19 é uma doença respiratória inédita que foi descoberta em Wuhan – na China – no final de 2019 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020). Nesse sentido – a fim de conter o avanço pandêmico da doença Covid-19 – foram adotadas algumas medidas para a redução dos casos; como, por exemplo, o “distanciamento social”, visto que a transmissão do vírus em questão acontece de pessoa para pessoa, pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas.

A presente pandemia de Covid-19, que vem assolando o mundo desde o final de 2019, não é somente uma emergência de saúde pública a nível mundial, mas, também, uma emergência no que tange à economia global. Com a disseminação do vírus, as ações de

contenção que tentam atenuá-lo paralisam a produção e o consumo (BOONE et al., 2020).

O “distanciamento social” busca, voluntariamente, evitar a aproximação entre as pessoas. Dentro do distanciamento social encontram-se o “lockdown” – termo em inglês que indica paralisação total dos fluxos e deslocamentos. Foi adotada como medida a “quarentena”, também, na qual restringe-se o acesso ou circulação de pessoas que foram ou podem ter entrado em contato com o vírus, bem como a medida de “isolamento” – não obrigatória – que serve para se evitar a propagação do vírus entre as pessoas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

Dessa forma, com essas medidas adotadas a partir de março de 2020 vieram, também, os impactos econômicos em todos os setores. Nesse sentido, desacelerou-se a economia chinesa, e, depois, a europeia – dois dos principais aliados comerciais do Brasil (COMEXSTAT, 2020). Na economia brasileira, o governo previu que a Covid-19 reduziria as exportações, derrubaria o preço de commodities e, por consequência, pioraria os termos de troca; além disso, interromperia a cadeia de produção, derrubaria os preços de ativos e pioraria as condições financeiras, bem como reduziria o fluxo de mercadorias e pessoas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

As empresas ficam muito vulneráveis diante dessa redução da atividade econômica, por isso muitas organizações acabam endividadas, assim, fechando suas fábricas. Além disso, ocorre uma parada na cadeia de suprimentos e um declínio abrupto na demanda por bens e serviços em meio a pandemia; bem como um forte declínio na atividade econômica, se traduzindo, de forma geral, no aumento dos números de desemprego (SKOU FI COMO, 2003). Além de dificuldades imensuráveis no campo, principalmente para os pequenos agricultores, esse cenário de pandemia, provocado pelo Covid-19 em todo o planeta, teve como resultado crises latentes em todas as esferas e aspectos da vida humana na Terra.

Portanto, de acordo com Leopoldo (2020), nesse sentido, alguns autores chegam a tratar essa pandemia como um marco que encerra efetivamente o século XX cíclico e dá, efetivamente, início ao século XXI; assim, trazendo junto para este século efeitos consideráveis para a Amazônia de forma geral. Nesse sentido, em 2020, estudos foram iniciados sobre o desmatamento na Amazônia no período pandêmico de Covid-19 (MELLO, FEITOSA, 2020), além de pesquisas voltadas aos impactos ambientais e o surgimento de pandemias (RABELLO, OLIVEIRA, 2020), entre outros.

2.3.1 A pandemia e os seus respectivos impactos na agricultura

Na pandemia do novo Coronavírus, todos os ramos da economia e todos os aspectos da vida humana foram atingidos – seja de modo mais intenso ou com menor intensidade. Assim, afetaram-se desde setores de insumos, de transformação, até os de serviços. Com as medidas que restringiam a circulação de pessoas, o impacto na produção e comercialização foi bem severo (LOEBLEIN, 2020).

Dentre os impactos e incertezas de curto prazo que foram vivenciadas, a suspensão de quase todas as atividades e a circulação de pessoas, simultaneamente, em diversos países, foi uma das mais marcantes. A agropecuária, por exemplo, foi um dos ramos que tiveram que encaram muitas dificuldades por causa da pandemia; mesmo as pesquisas iniciais mostrando haver certa estabilidade no que tange a exportação no primeiro trimestre de 2020 (LOEBLEIN, 2020).

No entanto, com a progressão da doença Covid-19 e o consequente aumento das medidas de restrição, começou a clarear um horizonte perverso. Esse contexto obscuro voltava-se, principalmente, para o setor agrícola – delineando-se, assim, a maior crise desde a década de 1930 com a Grande Depressão (RIBEIRO et al., 2020).

Nesse intento, no que diz respeito aos agricultores familiares, vale ressaltar que existem diversas manobras de origem política que buscam acentuar ainda mais os obstáculos enfrentados pela agricultura familiar, contribuindo para um cenário cada vez mais repleto de dificuldades (RIBEIRO et al., 2020).

Com o advento da pandemia, a produção da agricultura familiar foi muito atingida. Nesse sentido, aqueles que adquiriam hortifrútis para revendê-los, por exemplo, acabaram por suspender essas aquisições (compras). No caso dos feirantes produtores, no que tange aos seus produtos que se encontravam em época de colheita, esses tiveram um déficit significativo com a perda desses produtos, sendo por meio de doações ou entregando-os com valores extremamente baixos referente ao seu custo real. Isso ocorre porque a condição de perecibilidade de vários produtos impossibilita o estoque dos mesmos, além do que, esperar tempo demasiado depois do amadurecimento na própria planta ou na pós-colheita exige, também, um rápido consumo desse produto (RIBEIRO et al., 2020).

Atividades como, por exemplo, a criação e comércio animal tiveram impactos quase que de forma imediata, principalmente em relação às possibilidades de vendas. Mesmo os setores de alimentos e a agricultura de uma maneira geral sendo encarados como essenciais, aos poucos, diante do cenário gradativamente grave da pandemia, as medidas de restrição foram

passando por vários ajustes, se tornando, assim, mais rigorosas (LUCENA, HOLANDA-FILHO, BOMFIM, 2020).

Dessa forma, muitas foram as dificuldades na fase mais restritiva da pandemia, como, por exemplo, as obrigações de distanciamento social somados à imposição da utilização de equipamentos como as máscaras e álcool 70% (que se tornaram escassos e caros) era mais uma soma aos já intrínsecos prejuízos. Além disso, os horários das feiras foram cada vez mais reduzidos, sendo obrigatoriamente fechados aos finais de semana (LUCENA, HOLANDA-FILHO, BOMFIM, 2020). Nesse sentido, todo esse cenário suscitou frentes inéditas de estudos a se explorar, e, também, muitas perguntas, principalmente no que tange aos debates sobre a adaptação às realidades inéditas num epicentro de discussões sobre sistemas e produtos agroalimentares e mercados enquanto paradigma de transformação social, (ALTIERI, NICHOLLS, 2020).

Várias equipes de pesquisa já se inclinaram a estudar em relação à previsões e verificações ainda nos primeiros meses de 2020. Estes estudos versam sobre a agricultura, mas ainda são, em sua maior parte, estudo inacabados; como por exemplo, o estudo acerca das transformações e mudanças no trabalho dentro da agricultura (CHAVES, MALANSKI, 2020). Além disso, levantaram-se estudos acerca das perspectivas para agricultura familiar e alimentação (GEPAD, 2020).

Nesse sentido, a medição dos impactos da pandemia na agricultura por estes estudos iniciados em 2020, bem como as mudanças a médio e longo prazo, ainda serão objeto de estudo de vários outros estudos, como já pode ser percebido pelos títulos dos projetos de extensão e trabalhos de graduação em várias universidades brasileiras, inclusive por esta pesquisa do curso de graduação em agronomia da Universidade Federal de Santa Maria – campus Frederico Westphalen.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação do estudo

Etimologicamente o vocábulo “metodologia” está ligado ao conceito de “método”. Dessa forma, pode-se dizer que a metodologia é o trajeto utilizado para que se conclua os objetivos do estudo proposto acerca do contexto acadêmico (RAMPAZZO, 2005). Nesse sentido, há inúmeros tipos de metodologia, e, no estudo em questão, será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e a qualitativa – de caráter exploratório.

A metodologia de pesquisa bibliográfica neste estudo se deu na introdução e no referencial teórico contidos neste estudo, em ambos os capítulos supracitados foi desenvolvida uma revisão bibliográfica acerca do tema proposto. Assim, realizando-se análises de livros de importantes teóricos da área, além de revisões em artigos científicos em periódicos e em publicações eletrônicas retiradas de bancos de dados *on-line*, dentre outras ferramentas afins; sempre com o interesse máximo em desbravar, coletar e descrever as informações acerca da temática escolhida.

Martins e Theóphilo (2009) ressaltam que a metodologia das pesquisas acadêmicas precisa ser abarcada de acordo com o tipo, o material e os objetivos que serão utilizados por quem a produzirá. Nesse intento, o presente estudo está alicerçado na pesquisa de campo, ou seja, na análise dos impactos da pandemia de “Covid-19” na Agricultura Familiar e seus respectivos desdobramentos.

Na presente pesquisa, as características qualitativas foram evidenciadas por meio de análise acerca da agricultura familiar e das alternativas de comercialização de produtos agropecuários que possam possibilitar que o agricultor familiar tenha sobrevivência em cenários de crise como o vivenciado com a atual pandemia de Covid-19.

3.2 Plano de coleta de dados

A etapa acerca da coleta de dados foi feita por meio de entrevista, aplicando-se um questionário semiestruturado – contendo perguntas abertas – a três agricultores familiares, do município de Taquaruçu do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Com a aplicação desse questionário, buscou-se observar – dando voz a esses agricultores – quais foram os impactos da pandemia de “Covid-19” em sua atividade agrícola, bem como os respectivos resultados desses impactos.

Quando se trata de coleta de dados primários, através de entrevistas, questionários, observações e teste, é importante especificar nessa seção a fonte ou dados (a população que será entrevistada), quando esses serão levantados e através de que instrumentos (anexar os instrumentos como roteiro de entrevistas e questionários). (ROESCH, 1999, p.128).

Para a realização das entrevistas foram agendadas duas datas no mês de julho, nos dias 26 e 27, de acordo com a disponibilidade de cada produtor, o produtor 1 (pitaya); produtor 2 (produtor primário de tomate, melancia e morango. Intermediador de produtos (compra e venda) de maçã, caqui, ameixa, pêssago, pinhão e abóbora cabotiá) e o produtor 3 (hortaliças), conforme o quadro 1 apresentada no item 4, da página 29.

A mesma foi realizada na propriedade de cada um dos produtores, que no caso, residem em diferentes comunidades do município.

3.3 Plano de análise e interpretação dos dados

De acordo com Roesch (1999), sugere-se que o discente visualize como dar-se-á o desenvolvimento e análise dos resultados de sua investigação. Assim, nesta pesquisa, os dados coletados foram analisados de forma qualitativa por meio de diferentes produtores.

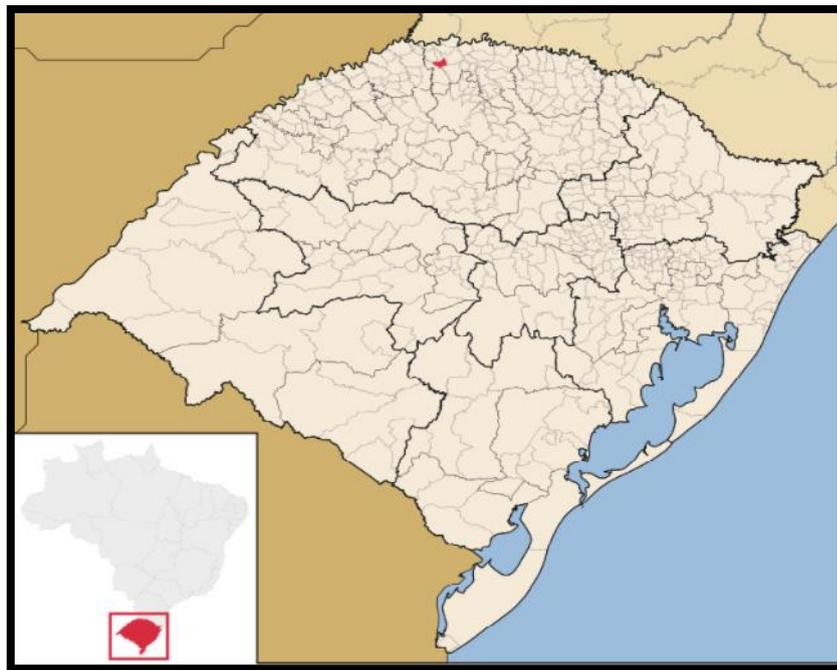
As informações coletadas foram organizadas em forma de texto, discutindo os resultados que foram obtidos através da entrevista.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar é toda forma de cultivo de terra que é administrada por uma família e emprega como mão de obra os membros da mesma. A produção de alimentos acontece em pequenas propriedades de terra e se destina a subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país (MAZARO, 2020). Com esse propósito, para obter informações mais amplas, que pudessem abranger a percepção de pequenos produtores sobre o momento que se encontram em plena pandemia de Covid-19, optou-se por entrevistar três pequenos produtores do município de Taquaruçu do Sul.

Taquaruçu do Sul (Figura 1) é um município localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, região onde há predominância de pequenas propriedades. Nesse sentido, segundo o censo agropecuário realizado pelo IBGE (2010), existem 1.223 produtores rurais e, destes, 416 são estabelecimentos de agricultura familiar.

Figura 1: Taquaruçu do Sul (em vermelho) no mapa



Fonte: Portal de Mapas (IBGE), 2021.

Apesar de haver controvérsias a respeito do quanto se produz na agricultura familiar no País, não é necessário criar “estatísticas” sem sentido para mostrar a importância da agricultura familiar no Brasil (HOFFMANN, 2014).

Percebeu-se que cada produtor apresentou uma forma de enfrentar a pandemia (Quadro

1). A identificação de cada produtor foi codificado para preservar as informações obtidas durante as entrevistas realizadas com os três produtores, produtor número 1 (pitaya); produtor número 2 (produtor primário de tomate, melancia e morango. Intermediador de produtos (compra e venda) de maçã, caqui, ameixa, pêsego, pinhão e abóbora cabotiá) e o produtor número 3 (hortaliças).

Quadro 1. Impactos e estratégias dos produtores de Taquaruçu do Sul para a comercialização durante a pandemia de Covid-19.

Tipo de produtor	Número aproximado de participantes/empregados	Área ocupada	Fonte de renda antes da pandemia	Página na internet e redes sociais	Impacto no início da pandemia (estimativa)	Estratégia adotada para enfrentar a pandemia	Fonte de orientação/tipo de auxílio do município	Alteração e destino da produção não escoada	Perspectivas futuras, o que pretende fazer? (Opinião)
Produtor nº 1: Produção de pitaya	1	1 ha	Mercados e Fruteiras	Instagram e WhatsApp	Não houve	Fortaleceu a venda direta ao consumidor final via WhatsApp e Instagram	Não recebeu	Não teve	A tendência é aumentar a produção nos próximos anos e consequentemente aumentar o consumo do produto pela população.
Produtor nº 2: Produtor primário de tomate, melancia e morango. Intermediador de produtos (compra e venda): maçã, caqui, ameixa, pêssego, pinhão, abóbora cabotiá.	2	5 ha	Mercados da região e venda de porta em porta dentro do município	WhatsApp apenas para consumidores do município	Não houve	Diminuiu a produção de tomate e alterou o plantio dele para tê-lo em uma época em que há pouca oferta e grande demanda, conseguindo assim, altos valores pelo seu produto final.	Não recebeu	Não teve	Continuar plantando tomate mais cedo em comparação aos demais produtores, para assim, obter seus produtos finais em uma época de pouca demanda, não tendo competição com demais produtores.
Produtor nº 3: Produtor de verduras (radicha, alface, rúcula, couve-flor, repolho, brócolis, vagem)	2	0,4 ha	Venda somente no município: Escolas, Mercados, Festas, Hospital, Restaurantes, Tendas em alguns pontos da cidade.	Não possui	80% da produção	Não adotou nenhuma estratégia.	Não recebeu	Perdeu o produto no local	Se continua-se com a mesma produção de 2020 iria demorar em torno de 2 anos para voltar a sua produção normal, porém o produtor vai parar de trabalhar com as verduras ou vai produzir pouco e vai destinar o seu tempo para a produção de vinagre e vinho artesanal.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Na sequência serão apresentadas as percepções de cada um dos agricultores familiares entrevistados.

4.1 Percepções do produtor número 1

O produtor de pitaya é um rapaz jovem que mora com seus pais e trabalha sozinho no manuseio das plantas, pois a sua produção se detém a somente 1 hectare, não havendo necessidade de contar com a ajuda de mais colaboradores. O mesmo produz duas variedades da fruta, sendo metade da produção com polpa branca e a outra metade com polpa roxa. A metade das mudas das pitayas de polpa roxa são oriundas de Belém do Pará (PA), pois as mesmas possuem uma maior resistência ao clima da nossa região quando comparadas com as mudas que são produzidas no nosso estado. Já a de polpa branca vem do município de Novo Hamburgo/RS. Além da maior resistência ao nosso clima, as frutas produzidas no nordeste brasileiro possuem uma duração de ciclo maior, durando em média 10 meses (agosto-maio) e já na região sul apenas 5 meses (janeiro-maio).

Sua principal fonte de renda antes da pandemia era proveniente de vendas em fruteiras e supermercados nos municípios de Taquaruçu do Sul, Frederico Westphalen e Seberi. A explicação para essa comercialização mais local é pelo fato de que sua produção está no início e a quantidade produzida não é suficiente para destinar a locais mais distantes. De acordo com o produtor, a sua produção está no seu terceiro ano, produzindo em torno de 3.000 kg e somente no quinto ano que irá atingir o auge de produção, em torno de 25.000 kg, podendo assim, ter uma maior abrangência de locais para comercialização.

Antes da pandemia, as preocupações eram somente com a falta de assistência técnica do município, pois o mesmo necessitava entrar em contato com técnicos de outras cidades mais distantes, como por exemplo, técnicos da cidade de Novo Hamburgo/RS. Para enfrentar as restrições impostas pela quarentena, o produtor procurou alternativas para continuar com suas entregas, utilizando o aplicativo WhatsApp para manter o contato com os clientes e promover suas vendas de acordo com os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos da saúde. Além disso, como forma de divulgar e apresentar o seu produto para as pessoas, o produtor também utiliza uma conta no Instagram, onde a mesma apresenta fotos das frutas e depoimentos de consumidores.

Para o produtor, a pandemia não lhe causou impacto, pois sua produção é baixa e isso possibilitou o seu escoamento, tanto no ano de 2020 quanto no ano de 2021. Para os próximos anos, a perspectiva do produtor é de manter a sua área de plantação, porém o que irá aumentar

a produção por planta, pois esse é um processo natural da planta ao atingir seu auge de rendimento aos cinco anos de produção, ressaltando que as vendas por mecanismos como o WhatsApp e Instagram permanecerão, fortalecendo o contanto com os atuais e futuros clientes. Vários produtos e derivados estão e irão surgir oriundos dessa fruta, possibilitando uma maior concorrência no mercado consumidor.

4.2 Percepções do produtor número 2

O produtor nº 2 possui dois segmentos de venda, o primeiro que é o de produção própria, onde ele destina 5 hectares para produção de tomate (principal produto), melancia e morango em sua residência e o segundo que é onde ele trabalha como intermediador de vendas (compra e venda) de maçã, caqui, ameixa, pêsego, pinhão, abóbora-cabotiá, produtos que são comprados na Serra Gaúcha e também no estado de São Paulo para serem vendidos na cidade de Taquaruçu do Sul e região. As pessoas responsáveis pela produção, compra e venda dos produtos são somente o produtor e a sua esposa.

Sua principal fonte de renda antes da pandemia era proveniente de vendas em supermercados nos municípios de Taquaruçu do Sul, Frederico Westphalen, Palmitinho, Tenente Portela, Três Passos. Também havia a venda direta aos munícipes de Taquaruçu do Sul, venda que era realizada de “porta em porta”. Mesmo com a pandemia no ano de 2020, o produtor classificou o ano como um dos melhores, onde obteve altos ganhos no valor dos produtos finais devido a sua baixa oferta e grande demanda.

O produtor relatou que nunca recebeu assistência técnica e também nunca quis receber a assistência que o município de Taquaruçu do Sul presta, pois desde sua adolescência ele trabalhou com o manejo dos produtos que hoje comercializa e com isso, obteve aprendizados que, segundo ele, os técnicos do município não têm conhecimento. Caso ele resolva fazer alguma alteração no seu plano de manejo, ele sempre se direciona a Caxias do Sul/RS e Caçador/RS, onde lá entra em contato direto com pessoas especializadas e que conseguem sanar as suas dúvidas.

Para enfrentar as dificuldades impostas pela pandemia, mesmo com ótimas vendas no ano de 2020, sua esposa criou um grupo no WhatsApp apenas para os munícipes de Taquaruçu do Sul, para facilitar a comunicação e também a organização com relação a quantidade de produtos que deveriam intermediar e cultivar. Já para com os demais supermercados a venda continuou normal, apenas modificou o cultivo do tomate e diminuiu a produção em torno de

86,7%, que no começo produziam 30.000 pés de tomate e hoje apenas 4.000 pés. Dessa forma, o produtor resolveu anteceder o seu cultivo e conseqüentemente a sua colheita, para que assim, consiga comercializar o produto dois meses antes (novembro-dezembro) dos demais locais produtores, e desta forma seja possível colocar os produtos no mercado com um retorno financeiro interessante, com pouca competição, pois a oferta é muito baixa e a demanda muito alta durante esse período. Toda semana buscam cerca de 2.000 kg de tomate em Caçador/RS para revender nos municípios próximos a Taquaruçu do Sul.

Para os próximos anos, a tendência é continuar com a mesma quantidade de produtos cultivados na propriedade e também com a mesma quantidade de produtos intermediados, pois, assim, não irá necessitar de mais mão de obra e maior demanda de tempo. A estratégia continuará a mesma, destinar o mês de novembro e dezembro somente para vender tomate e deixar de lado os demais produtos para garantir uma maior lucratividade, pois de acordo com o produtor, focando somente no tomate nesses dois meses garante um retorno econômico muito maior do que quando comparado aos meses que é intermediado os outros produtos. Com relação a novas técnicas de cultivo, o produtor relatou que no município de Caçador/RS é onde ele sempre irá obter novos conhecimentos quando houver necessidade de realizar mudanças no cultivo do tomate, pois mesmo com a pandemia ele manteve os seus contatos com o município Catarinense. Por fim, no final da entrevista o produtor disse que, o segredo do mercado de agroalimentares é estar diariamente no mercado, nem que seja para vender uma única fruta, pois desta forma não corre o risco de perder clientes e nem as tendências, sua credibilidade aumenta e conseqüentemente o lucro também.

4.3 Percepções do produtor número 3

O produtor nº 3 é um senhor de idade que produz hortaliças em uma área de 0,4 hectares, uma área considerada pequena, porém necessita de um colaborador para lhe ajudar principalmente na limpeza das hortaliças, retirada de folhas murchas, mortas, de plantas daninhas que surgem ao longo do ciclo de produção, por exemplo. Sua principal fonte de renda antes da pandemia era proveniente de vendas realizadas somente dentro do município de Taquaruçu do Sul, em supermercados, escolas, hospital, restaurantes, festas, tendas em alguns pontos da cidade e de porta em porta.

Nunca foi utilizado algum meio de divulgação por meios tecnológicos, sejam redes sociais ou sites, pois o que fazia escoar a sua produção era a comunicação conhecida como de “de boca em boca”, pois todos os municípios lhe conheciam e sabiam da qualidade que existia

em seus produtos.

O produtor relatou que nunca recebeu assistência técnica e que também nunca buscou algum órgão de apoio, pois a sua formação foi exatamente a mesma da equipe técnica do município, ele se formou em técnico em agropecuária pelo Colégio Agrícola de Frederico Westphalen-UFSM, após foi trabalhar para a Empresa SOUZA CRUZ na área de pesquisa agrícola e com isso lhe agregou muito para poder se tornar independente na sua própria produção de hortaliças. Sempre quando lhe surge alguma dúvida, o produtor entra em contato com um Agrônomo do município de Constantina/RS, o qual sempre consegue sanar as questões duvidosas.

Em função da pandemia para que não houvessem perdas e como não foi possível desenvolver novas possibilidades de comercialização dos seus produtos, pois as pessoas acabaram ficando mais em casa e começaram a produzir as suas próprias hortaliças no “fundo de suas casas”, as escolas fecharam, as festas pararam de ser realizadas e a única coisa que se manteve foi o hospital devido ao momento que estamos passando, o produtor optou por reduzir a quantidade produzida para não perder novamente sua produção no ano de 2021 como ocorreu no ano de 2020, onde produzia em média de 6.000-7.000 pés de alface, rúcula e radicha a cada quarenta dias mais ou menos; repolho, couve-flor e brócolis cerca de 2.500 cabeças a cada ciclo de produção e vagem era colhida cerca de 7-8 kg por dia durante a sua produção.

No ano de 2021 ocorreu uma programação por parte do produtor para diminuir a produção de hortaliças e isso não abalou diretamente a parte econômica de sua vida, pois o senhor já é aposentado, possui economias do tempo em que trabalhava para a Empresa SOUZA CRUZ, e o que lhe fazia permanecer com grande produção era a questão de ter uma renda a mais para pagar a faculdade do seu filho que estava estudando em Porto Alegre e mensalmente lhe gerava altos custos para lhe manter em uma cidade grande. Agora como o filho já está formado e trabalhando, o produtor não necessita de uma produção igual aos anos anteriores.

Ao final da entrevista o produtor relatou sempre ter sido muito honesto com relação ao seu produto, sempre levou os seus consumidores até a sua propriedade para ver como eram as condições do ambiente. Sempre prezou muito pela qualidade. Com relação ao cenário pós-pandemia, ele crê que a estabilização na comercialização de hortaliças dentro do município ocorrerá em um lento processo de dois anos, pois vai depender muito da parte econômica da população consumidora. De sua parte, continuará produzindo os 20% do total da produção que era antes da pandemia e destinará o seu tempo para a produção de vinagre e vinho artesanal.

5. CONCLUSÃO

A agricultura familiar é uma classe de suma importância para o país e que precisa de apoio e incentivos diversos. De maneira geral, pôde-se constatar que uma parte do setor de produção e comercialização de alimentos – representado pelos agricultores familiares de Taquaruçu do Sul – foi muito afetado, havendo perdas financeiras latentes. Entretanto, foi possível observar que aqueles que possuíam meios de diversificar os canais de comercialização ou que tinham produções alternativas puderam superar de uma melhor forma o período pandêmico inicial; muitas vezes reinventando-se nos mais diversos sentidos, devendo continuar mesmo após a pandemia.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.
- ALTIERI, M; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture.** *Agric Hum Values* (2020). Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10043-7>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- ALVES, A; LIMA, H. – **Mestrados em Geografia. Agricultura Familiar 2008.** Disponível em: Revista FJAV nº 1 – Faculdade José Augusto Vieira, nº fjav.com.br/revista/.../141_113234_No01_EdicaocomISSN. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BARROS, G. S. de C. **Agronegócio brasileiro: perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento.** Piracicaba, SP: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, CEPEA. 2006.
- BIALOSKORSKI NETO, S; MARQUES, P. V. NEVES. E. M. **Agribusiness cooperativo, eficiência e princípios doutrinários.** *R. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v.33, nº 4, p. 51-70, out./dez. 1995.
- BOONE, L., HAUGH, D., PAIN, N., & SALINS, V. **Facing the consequences of COVID-19.** Em R. Baldwin, & BW di Mauro (Eds.), *Economia na época do COVID-19*, a VoxEU.org eBook. CEPR Press. 2020.
- BRASIL. Lei Nº. 4.504, de 30 de Novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prol_ei4504.htm >. Acesso em: 14 mai. 2021.
- _____. Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm >. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CHAVES, P. T. T; MALANSKI, P. D. **O que os organismos internacionais estão falando quanto ao impacto do coronavírus sobre o trabalho na agricultura?** UEM: Covid-19 e impactos no agro. Acesso em: 28 jun. 2021.
- DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** 2001. Disponível em: < http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf >. Acesso em: 13 jun. 2021.
- FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Resolução CD/ FNDE nº 4, de dois de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Acesso em: 12 jun. 2021.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Alimentação escolar. 2017.** Disponível em: Acesso em: 20 de jun. 2021.

GEPAD – **Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento.** Gepad em quarentena. S. I. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/agrifood/index.php>> Acesso em: 16 mai. 2021.

GOMES, E. DE L.; CEZAR, L. C. **O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas.** Revista de Extensão e Estudos Rurais, v. 7, n. 1, p. 166-186, 10 jul. 2018.

GRISA, C. “**Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**”. In: Anais... 47º Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009.

GRISA, C.; WESZ Jr., V. J.; BUCHWEITZ, V. D. **Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações.** Rev. Econ. Sociol. Rural, v.52, n.2, p. 323-346, 2014.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.21, p.417-421, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v21i1.1386>.

IBGE. **Senso Taquaruçu do Sul.** 2010. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquarucu-do-sul/pesquisa/23/22957?detalhes=true>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MENDES, J. **AGRONEGÓCIO: A QUALIDADE NA EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS E SUA VIABILIDADE ECONÔMICA.** Revista Inesul, 2007. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_49_1499378747.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

LOEBLEIN, G. **Como ficaram as exportações do agronegócio brasileiro no primeiro trimestre.** S.I. Jonal GauchaZH. Publicado 08 de abr. 2020. Disponível em: Acesso em: 20 mai. 2021.

LUCENA, C. C; FILHO, H; FERREIRA Z; BOMFIM, M. A. D. **Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura.** Embrapa Caprinos e Ovinos- Nota Técnica/Nota Científica (ALICE), 2020.

MACHADO FILHO, C. A. P. et al. **Gestão estratégica em cooperativas agroindústrias. Caderno de Pesquisas em Administração.** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 61 – 69, abr/jun. 2004. Disponível em: <http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos_Cientificos/GEST%C3%83O%20ESTRAT%C3%89GICA%20AGRO%20INDUSTRIAIS.pdf> Acesso em: 25 mai. 2021.

MALINA, L. L. **Chamada Pública: Instrumento Legal de Compras da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.** In: CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. (Orgs). Projeto Nutre SP: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo.

São Paulo: Instituto Via Pública, p. 13-28, 2012.

MAZARO, G. **Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MELLO, A. H.; FEITOSA, N K. **Dinâmicas da ocupação territorial na Amazônia: Reflexões sobre os impactos socioambientais pós-pandemia decorrentes do avanço do desmatamento.** Unifesspa: Paineis Reflexão em tempos de crise. 15 mai. 2020. Disponível em: [https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/Texto_Profa._Andréa_Hentz.p df](https://acoescovid19.unifesspa.edu.br/images/conteudo/Texto_Profa._Andréa_Hentz.pdf)> Acesso em: 08 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Nota Informativa:** uma Análise da Crise gerada pela Covid-19 e a Reação de Política Econômica. Nota Técnica, 13 de maio de 2020a.

MOLINA, W. de S. L. et al. **A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19.** Otra Economía, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020.

NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN D.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Organização Pan-americana de Saúde. Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 12 mai. 2021.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. **Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local:** o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10. 2002, Anais. Diamantina, MG, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122012000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PLOEG, J.D. V D; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. **Rural development through the construction of new, nested markets:** comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. Journal of Peasant Studies, jan.2012.

RABELLO, A. M; OLIVEIRA, D. B. de. **Impactos ambientais antrópicos e o surgimento de pandemias.** Unifesspa: Paineis Reflexão em tempos de crise. 26 mai. 2020. Disponível em: Acesso em: 08 jul. 2021.

RAMOS, J. et al. **Processos de Gestão Estratégica Organizacional em Cooperativas Agrícolas:** O Caso da COOAPRODES. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 5(9), 85-98, 2018.

RIBEIRO, F., et al. **Cenários para o Comércio Exterior Brasileiro (2020-2021):** Estimativas dos Impactos da Crise da COVID-19. IPEA: Nota técnica 17. Abril, 2020. Acesso em: 28 mai. 2021.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19.** Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 1079–1096, ago. 2020.

SANTOS, F. dos; TONEZER C; RAMBO, A. G. **Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?** In: Sober 47º Congresso, sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, Porto Alegre 26 a 30 de julho de 2009 - RS-BRASIL. 2009 p.1-19.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos**. Revista Agrotrópica. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122012000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 22 mai. 2021.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cartilha de acesso ao Pronaf – Saiba como obter crédito para a agricultura familiar**, 2011/2012. Brasília, DF, 2018c. Disponível em: < [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf) >. Acesso em: 13 mai. 2021.

SKOU FI COMO, E. (2003). **Economic crises and natural disasters: coping strategies and political implications**. Desenvolvimento Mundial, 31 (7), 1087 – 1102.

TEODORO, P. A. V. B; et al. **Agricultura Familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. 2005. Disponível em: < <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf> >. Acesso em: 13 jun. 2021.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de Agricultura Familiar – uma revisão bibliográfica**. 2005. Disponível em: < http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf >. Acesso em: 10 jun. 2021.

VALNIER, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, 2011.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.